

PFL aprovará hoje

Na reunião da executiva, partido vai

ANC

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, quinta-feira, 19 de fevereiro de 1987 5

críticas à economia

ANC 88
Pasta 15 a 19
fev/87
084

manifestar apoio às posições de Aureliano

O posicionamento do ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, de crítica à política econômica do Governo, deverá ser o principal tema da reunião de hoje entre a executiva nacional e os presidentes dos diretórios regionais do PFL.

A tendência no partido é de fazer uma manifestação de apoio a Aureliano Chaves por ter expressado, com firmeza e no momento exato, a insatisfação com a atual política econômica do Governo, elaborada por ministros do PMDB.

IMPLICAÇÕES

Com essa solidariedade ao ministro das Minas e Energia os parlamentares do PFL querem demonstrar ao Governo que não estão dispostos a apoiar o chamado Cruzado III. "Eles vão fazer o mesmo do ano passado, quando sustentamos o Plano Cruzado para que o PMDB ganhasse as eleições", observou um vice-líder do PFL na Câmara.



O líder do partido na Câmara, deputado José Lourenço (BA), foi informado, em duas reuniões, que a bancada não daria sua solidariedade ao Governo se as medidas econômicas fossem as anunciadas pela imprensa. O deputado Edmé Tavares (PB), um dos maiores críticos desta área, frisava, ontem, que antes da solidariedade ao Governo está o compromisso com o País e com o povo.

"Isso que eles querem — comentou — acabará por desorganizar toda a área produtiva nacional".

Alguns parlamentares, no entanto, já estão mostrando desencanto. O deputado Mendes Thame (PFL-SP), que chegou a propor um voto de desconfiança ao ministro Dilson Funaro, da Fazenda, e pediu, da tribuna da constituinte, a sua

substituição reconheceu, ontem, que ele parece estar cada vez mais firme.

DINAMISMO

O presidente do PFL, deputado Maurício Campos (MG), convocou os presidentes dos diretórios regionais para que compareçam, hoje, ao Tribunal Superior Eleitoral, para participar da solenidade de entrega do registro definitivo do PFL. Nos contatos com esses presidentes, Campos sentiu a repercussão do pronunciamento do ministro Aureliano Chaves sobre a política econômica.

Alguns parlamentares pretendem aproveitar a reunião de hoje para que seja tomada uma posição em favor do ministro Aureliano Chaves, que, acentuam, teve a coragem de frisar que o PFL não pode ser comprometido por erros de ministros do PMDB. O apoio a Aureliano não é contra o presidente Sarney, mas deve servir de advertência ao Governo.

Bancada leva propostas a Sarney

A bancada do PFL no Senado apresentou ontem ao presidente José Sarney um conjunto de sugestões para a economia e hipotecou-lhe a solidariedade e apoio para que o Governo tome as medidas necessárias. O PFL quer que o Governo autoilimite sua participação como tomador no mercado financeiro, para derrubar os juros; que limite o pagamento da dívida externa a um percentual — não definido — do PIB ou do saldo comercial; que taxe mais os ganhos do capital e menos os salários.

Segundo o líder do PFL, senador Carlos Chiarelli, o documento levado a Sarney só hoje será divulgado publicamente porque "está cheio de erros de datilografia e vai ser refeito". O senador Guilherme Palmelra, porém, afirmou que serão "acrescentados números" à proposta. Na verdade, o documento sofrerá modificações em virtude mesmo da conversa da

bancada com Sarney, que durou 40 minutos.

"Não viemos com palavras de ordem tipo não à inflação, não à recessão etc. Trouxemos propostas concretas. Estamos falando para sermos ouvidos", explicou Chiarelli. O líder informou que Sarney estimulou esse contato direto, garantiu-lhes que o PFL será sempre ouvido, elogiou a apresentação de propostas concretas e afirmou que o Plano Cruzado não se esgotou. "É um plano para três anos, que foi concebido para implantação nesse prazo e que será cumprido", disse Sarney, segundo Chiarelli.

AS PROPOSTAS

Quanto aos juros, o PFL sugeriu que o Governo fixe um teto para o financiamento do déficit público, inferior à estimativa da inflação. "O Governo tem de dar o exemplo, para numa segunda etapa fixar tetos

para as aplicações privadas", disse Chiarelli. Ou seja, os senadores do PFL não querem labelamento dos juros.

Em relação à dívida externa, os pefelistas apoiaram a "linha de autonomia" praticada pelo Governo, "que deu certo no Clube de Paris", e aderiram às propostas de uma moratória limitada ao estilo peruano, pela limitação dos pagamentos a um percentual do PIB ou do saldo comercial.

Os senadores do PFL empunharam também a bandeira da defesa dos assalariados, propondo a redução do imposto de renda sobre salários e o aumento da taxa sobre os ganhos de capital. Além disso, apoiaram a manutenção de escala móvel de salários — o gatilho — e propuseram a fixação imediata de um salário mínimo equivalente a 100 dólares, cerca de Cz\$ 1.600,00.

PDS acha que cresce com a crise do governo

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), está convencido de que a recuperação de seu partido será tanto maior quanto maior for a duração do governo Sarney. A recuperação do PDS será mais intensa quanto mais ficar claro que o PMDB é quem está governando, pois o presidente do partido, Ulysses Guimarães (SP), é quem está indicando os ministros.

Depois de advertir que o PDS não faz oposição ao País e, por isto, apoiará as providências que forem necessárias para conter a inflação e evitar a recessão, o senador Jarbas Passarinho adverte que seu partido não aceitará, novamente, a tentativa de enganar, como se a crise econômica pudesse ser resolvida por "magia".

DISTORÇÕES

A imagem que o PDS pretende cunhar na opinião pública é a de partido reformista, de acordo com seu programa. Com preocupações sociais, defendendo a evolução e a justiça nos moldes da democracia social, mas claramente sem radicalismos. O fato

de existirem conservadores em sua legenda não significa que o partido seja reacionário, porque todos estão unidos em torno do programa. Por outro lado, não há um partido que possa ser considerado uniforme. O PMDB tem todas as correntes, e até o PT possui conflitos doutrinários.

Apesar de não ter sido propriamente um partido no governo durante os últimos anos, o PDS sofreu um desgaste proveniente da incompreensão. Está a recuperar-se até mesmo em comparação com o que está ocorrendo no País em relação ao passado, quando as dificuldades externas eram bem maiores. No futuro imediato, porém, o futuro do PDS não parece ser muito promissor. Contudo, à medida em que houver a comparação a uma compreensão da posição reformista do PDS, a sua importância crescerá.

SOBERANIA

Não aceita o presidente do PDS que se pretenda modificar a Constituição através de resoluções aprovadas pela Assembléia Nacional Constituinte, que, a

seu ver, levaria rapidamente ao caos. A Constituinte é livre e soberana para fazer a nova Constituição, mas não para alterar a atual, o que só pode ocorrer com a aprovação de 2/3 da Câmara e 2/3 do Senado.

O PDS dará seu apoio para que sejam removidas da Constituição dispositivos autoritários como a sistemática de aprovação por decurso de prazo ou a que permite o processo dos constituintes pela Lei de Segurança Nacional. Não aceita, porém, que se considere a Constituição como um entulho autoritário, porque há artigos atelitários, como, por exemplo, o que impede o parlamentar de ser processado por crime comum.

Lamenta Passarinho que, mesmo sendo o quadro econômico muito difícil, haja setores que continuam jogando no quanto pior, melhor. "Há até gente do Governo achando que os rapazes da Conceição estão neste grupo porque é difícil entender como podem estar errando tanto. Até, pelo que dizem, acredito que eles são inteligentes, mas como estão cometendo erros" acrescentou.